



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

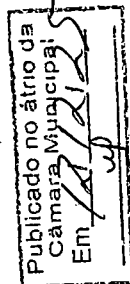


Constou no Expediente da
Sessão Ordinária de

16 / 12 / 2025

Presidência do CMNV-ES

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)



PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 096/2025
Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB)
Relator: João Júnior Vieira dos Santos (PRD)

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 96/2025, de iniciativa do Prefeito Municipal, altera o Anexo I da Lei nº 3.875, de 13 de outubro de 2025, que dispõe sobre a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, e dá outras providências.

A proposição supracitada foi apresentada ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 11 de novembro de 2025. Sendo encaminhada a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, nos termos do art. 69, III, e o art. 212 do Regimento, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Foi realizada audiência pública na Câmara Municipal, na data de 24 de novembro de 2025, conforme registro em ata (fls. 64 a 69).

h-h





Câmara Municipal de Nova Venécia ***Estado do Espírito Santo***



De posse do processo legislativo, na condição do relator, passo a exarar o parecer técnico pelos seguintes pressupostos de ordem orçamentária e financeira, e legislação constitucional e infraconstitucional.

II – DA INICIATIVA RESERVADA E DOS PRESSUPOSTOS DE ORDEM CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL:

De forma incipiente, observando os autos do presente processo legislativo, as normas orçamentárias municipais são de competência do ente federado local, pelo princípio extensível do art. 165 da Constituição da Federal, elencado no art. 109 e 112 da Lei Orgânica, bem como pela organização dos poderes (competência do Poder Legislativo) art. 48, II, da Constituição Federal, reproduzido pelo princípio extensível no art. 17, XI, da Lei Orgânica.

Seguindo a mesma sistematização de normas princípios a qual compete ao Município observar, a iniciativa é do Chefe do Poder Executivo, conforme expressa o art. 165, II da Carta Maior c/c o art. 44, §1º, II, a, da Lei Orgânica Municipal (princípio de reprodução obrigatória – princípio extensível).

A Constituição Federal em seu art. 165, no capítulo das normas orçamentárias, assim dispõe:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

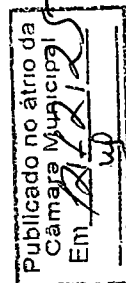
II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Assim sendo, considerando que a competência para deflagrar processo legislativo sobre matéria dessa natureza é um princípio organizatório extensível, devendo ser aplicado de forma simétrica aos demais entes federados, deve qualquer mudança na lei de diretrizes orçamentárias emanar do Chefe do Poder Executivo, consoante as normas constitucionais e da Lei Orgânica, no caso o Município.

Observa-se assim que estão sendo preservados os requisitos constitucionais e da Lei Orgânica quanto à competência formal de iniciativa, partindo do Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, sem vício *ab origine*.

Dentro da seara do processo legislativo e considerando a observância indispensável do princípio da reserva legal (artigos 60 e 165, II, da Constituição Federal – seguido simetricamente pelo artigos 42, e 112, II, da Lei Orgânica do Município), respectivamente, deve o tema ser tratado pela espécie legislativa existente e já definida para o objeto consoante as normas citadas.





Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo



Tratando-se de espécie normativa na forma de lei ordinária, deve a proposição ser analisada e deliberada pelo Plenário deste Poder Legislativo Municipal, após a instrução com parecer nesta comissão de acordo com as normas regimentais, para fins de encaminhamento posterior, no caso de aprovação, ao Prefeito Municipal para sanção ou veto (arts. 17, XI, e 48 da Lei Orgânica do Município).

Temos no art. 24, inciso II, da Constituição Federal a competência concorrente entre a União e o Estado para legislador sobre orçamento. Observa-se que ao Município não foi atribuída essa competência pelo legislador constituinte.

O art. 29, *caput*, da Constituição Federal, diz que o Município deve reger-se por lei orgânica, observados os critérios de formalidades para aprovação, e também estabelece que devem ser observados os princípios e preceitos previstos na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

Dentre esses princípios de observação obrigatória pelo Município, encontra-se o da organização dos orçamentos públicos, inclusive dos critérios e requisitos estabelecidos para fins de elaboração das normas orçamentárias.

Quanto ao assunto legislado (objeto da proposição), no seu aspecto material, vejamos, senão, o que traz o art. 165, § 2º, da Carta Republicana de 88:

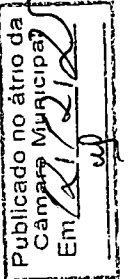
Art. 165.....

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Verifica-se que a Constituição Federal estabeleceu critérios ou requisitos para a elaboração ou alteração da lei de diretrizes orçamentárias, devendo ser observados pelo Chefe do Poder Executivo e pelos órgãos do Poder Legislativo Municipal.

Ainda na Constituição Federal, em seu art. 166, § 4º, o legislador constituinte exigiu que, para aprovação de eventuais emendas à lei de diretrizes orçamentárias ou sua alteração, devam as mesmas estarem compatíveis com o Plano Plurianual. Essas normas são princípios extensíveis e de reprodução obrigatória na Lei Orgânica.

Verifica-se que a Constituição Federal estabeleceu critérios ou requisitos para a elaboração ou alteração da lei de diretrizes orçamentárias, devendo ser observados pelo Chefe do Poder Executivo e pelos órgãos do Poder Legislativo Municipal.





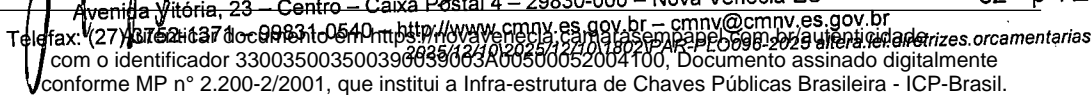
Publicado no âmbito da
Câmara Municipal
Em 22/12/2017

Sendo assim, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 96/2025.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 96/2025.

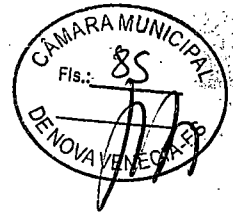
Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 9 de dezembro de 2025;
71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS
RELATOR – Presidente da CFO
Vereador pelo PRD





Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 10 de dezembro de 2025;
71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS
Presidente da CFO - Relator
Vereador pelo PRD

MARCELLO NEUMANN
Membro da CFO
Vereador pelo DC

